

VIVENCIANDO UMA OFICINA PREPARATÓRIA PARA ADOÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Silva Cecílio

Universidade de Uberaba, Uberaba-MG, Brasil

Martha Franco Diniz Hueb

Marta Regina Farinelli

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, Brasil

RESUMO

O presente relato de experiência objetivou compreender como pretendentes à adoção vivenciaram a preparação para adoção, a partir de grupos reflexivos. Participaram das Oficinas Preparatórias dez casais, dos quais sete estavam inscritos no Cadastro Nacional, passando pelas vicissitudes do processo, e três já conviviam com as crianças que pretendiam formalizar a adoção. Dos resultados encontrados, destaca-se que diversas motivações foram elencadas, bem como puderam ser evidenciados alguns medos e dúvidas quanto à revelação para a criança sobre a sua origem, denunciando certa insegurança dos pretendentes. Questões como o vínculo de confiança a ser construído na relação foram trabalhadas, além da importância de um acompanhamento pós-adoção, a fim de auxiliar pais e filhos em possíveis desafios durante a convivência.

Palavras-chave: adoção; curso preparatório; adotantes; grupo; relato de experiência.

EXPERIENCING AN ADOPTION PREPARATORY WORKSHOP: AN EXPERIENCE ACCOUNT

ABSTRACT

This experience account aims to understand how adoption candidates experienced the adoption preparation based on reflexive groups. Ten couples participated of the Preparatory Workshops, of which seven were enrolled in the National Registry and going through the vicissitudes of the process; and three who were already living with their children and wished to formalize the adoption. From the results found, it is noted that several motivations were listed, as well as some fears and doubts about the revelation to the child about their origin, denouncing certain insecurity of the suitors. Issues such as the bond of trust to be built in the relationship were worked out, in addition to the importance of post-adoption follow-up in order to assist parents and children in possible challenges during their coexistence.

Keywords: adoption; preparatory course; adopters; group; experience account.

VIVIENDO UN TALLER PREPARATORIO PARA ADOPCIÓN: UN RELATO DE EXPERIENCIA

RESUMEN

Este relato de experiencia tiene como objetivo comprender como pretendientes a la adopción vivenciaron la preparación para la adopción, a partir de grupos reflexivos. Participaron de los talleres preparatorios diez parejas, de las cuales siete estaban inscritos en el Registro Nacional, pasando por las vicisitudes del proceso, y tres ya convivían con los niños que pretendían formalizar la adopción. De los resultados encontrados, se destacó que diversas motivaciones fueron presentadas, así como pudieron ser evidenciados miedos y dudas al respecto de la revelación al niño sobre su origen, denunciando la inseguridad de los pretendientes. Cuestiones como el vínculo de confianza a ser construido en la relación fueron trabajados, además de la importancia de un acompañamiento después de la adopción, con el fin de auxiliar padres e hijos en los posibles desafíos durante la convivencia.

Palabras Claves: adopción; curso preparatorio; adoptantes; grupo; relato de experiencia.

No intuito de responder às exigências da Lei nº 12.010 (Brasil, 2009), conhecida como a Nova Lei da Adoção, o programa de preparação psicossocial e jurídica de pretendentes à adoção é uma das prerrogativas no processo de habilitação. Oferecido pela Vara da infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio de técnicos responsáveis, o programa não é padronizado e ficaria a cargo de cada Comarca adotar a forma de preparação, por meio de grupos reflexivos, palestras ou outra modalidade. Independente do formato, o intuito do programa é incentivar reflexões relacionadas aos meandros da adoção, de forma a minimizar as chances de devolução de uma criança ou adolescente (Hueb, 2016), preferencialmente abarcando discussões sobre as motivações para se adotar, os caminhos e possíveis desdobramentos desse processo, e a construção dos laços afetivos entre pais e filhos, estendendo para os demais membros da família com ênfase nos aspectos sociais e emocionais que permeiam esta relação (Hueb & Cecílio, 2015; Schettini, 2006a; 2006b).

Pensando especificamente na modalidade de grupo, vale a pena se refletir nesta atuação. Nesse sentido, em uma perspectiva psicanalítica, acredita-se que o grupo trabalha em um nível consciente e em um nível inconsciente – respectivamente, chamados por Bion, (2008), como “grupo de trabalho” e “supostos básicos” – em uma permanente interação oscilatória. Reunidos em torno de um objetivo comum, como uma galeria de espelhos, a interação de um conjunto de pessoas permitiria o “olhar para si” e o “olhar para o outro” em uma dinâmica permanente, possibilitando a discriminação ou consolidação da própria identidade (Zimmerman, 2010). Assim, enquanto em um momento o grupo se mostra focado no êxito da tarefa proposta (grupo de trabalho), em outro momento o mesmo grupo pode ser e se ver conduzido por ansiedades e defesas, desejos e fugas (grupo de supostos básicos), anunciando os conflitos internos, promovendo um possível jogo de identificações.

Diante deste panorama, destaca-se que a presente experiência de uma Oficina Preparatória para a Adoção sustenta-se na técnica de Grupos de Reflexão, não possui finalidade terapêutica, mesmo podendo ser terapêutico em si mesmo, e não apresenta o propósito de interpretar de forma sistemática as exposições e condutas dos integrantes (Hueb et al., 2015). Esta modalidade de grupo operativo é entendida como uma indicação em potencial para se trabalhar a aquisição de atitudes internas, permitindo a prática da responsabilidade pelas ações, escolhas e pensamentos, como também da abertura para a mudança em condutas e atitudes (Osorio, 2007; Zimerman, 2010). Na Oficina, o compasso do (re)conhecer o diferente tende a se tornar menos aflitivo quando outros pretendentes partilham as mesmas e novas experiências, enriquecendo o repertório de sentimentos e comportamentos acerca de si mesmos e em relação aos seus futuros filhos. Os grupos, então, tornam-se espaços potenciais para lidar com angústias, fantasias, medos, expectativas e elaborações necessárias, permitindo ou abrindo possibilidades de se pensar na ambivalência de sentimentos e nos desafios que porventura apareçam na construção dos vínculos (Gondim et al., 2008; Hueb, Farinelli, Azôr, Cordeiro, & Tuma, 2015; Levinzon, 2009; Scorsolini-Comin & Santos, 2008).

É importante salientar que não foram encontrados estudos que expressem o programa na modalidade de oficina, como este relato de experiência. Nesse sentido, mostra-se interessante mencionar que muitos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) acontecem com o mesmo intuito de proporcionar um espaço de compartilhamento de experiências, angústias, medos, dúvidas e expectativas (Scorsolini-Comin, Amato, & Santos, 2006; Sequeira & Stella, 2014), no entanto, deve-se ressaltar que não devem ser confundidos com o programa de preparação para adoção, visto que os grupos de apoio não são obrigatórios, além de não serem realizados pelas Varas da Infância e da Juventude e sim por parcerias realizadas. - Nesse contexto, em que é possibilitado que os integrantes entrem em contato com seus conflitos internos, manifestando sentimentos e pensamentos acerca dos temas discutidos, o presente relato de experiência objetivou compreender como pretendentes à adoção vivenciaram a preparação para adoção, a partir de grupos reflexivos.

MÉTODOS

Articulados à Lei nº 12.010 (Brasil, 2009), que contempla novas diretrizes em relação aos procedimentos de inserção de crianças e adolescentes em famílias adotivas, estudos aprofundados (Conanda & CNAS, 2009; Peiter, 2011; Schetinni, 2006a; Schetinni, 2006b; Weber, 2011) e o trabalho realizado por profissionais intimamente engajados com o tema culminaram na elaboração de um projeto de intervenção a ser desenvolvido com pais adotantes em uma Comarca no interior de Minas Gerais. Assim, o presente estudo se refere a um Relato de Experiência da condução de uma Oficina Preparatória para Adoção realizada em 2014. É importante mencionar que a escolha pelo ano se deve ao fato das autoras terem participado, respectivamente à ordem de autoria, como extensionista, supervisora e coordenadora na Oficina em foco.

As Oficinas são promovidas pelo Grupo Interinstitucional Pró Adoção/GIPA (grupo interdisciplinar formado por profissionais da Universidade Federal do Triângulo

Mineiro/UFTM; Universidade de Uberaba/UNIUBE; e Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Uberaba), além de receber assistência de profissionais do Grupo de Apoio à Adoção de Uberaba (GRAAU), do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A coexistência das instituições citadas se deve, entre vários fatores, à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) às Varas da Infância e Juventude de que parcerias fossem desenvolvidas para a realização dos cursos (Valério & Lyra, 2016) e frente à demanda observada pelos profissionais engajados no trabalho executado sobre uma atenção voltada à capacitação dos pretendentes para as especificidades de construção da parentalidade adotiva, conforme também aponta Bittencourt (2010).

A Oficina, realizada desde 2010, foi desenvolvida em oito encontros quinzenais de duas horas cada sendo trabalhados os temas de interesse: o *Acolhimento e a escuta ativa das expectativas do grupo*; o *Amor enquanto construção*; *Motivações para a Adoção*; *Filhos Idealizados versus Filhos Reais*; *História da criança*; *Convivência entre pais e filhos na adoção*; e *Aspectos jurídicos e sociais da adoção*. O oitavo encontro é reservado para uma conversa com profissionais do Judiciário que esclarecem dúvidas de cunho legal e burocrático, a respeito de todo o processo, desde a habilitação até a adoção ser concretizada. Atualmente é realizada a 31ª turma de pretendentes, em nove encontros, sendo o último desenvolvido pela Organização Não Governamental nomeada Grupo de Apoio a Adoção de Uberaba (GRAAU).

Em termos de estrutura, seleção e sequência de temas, mostra-se relevante salientar que, visando superar o modelo convencional baseado em palestras informativas e motivacionais em algumas Comarcas, a preparação de pretendentes em grupos de reflexão se mostrou ser mais eficiente quando colocada em prática. A equipe formada pelo GIPA foi a responsável pela construção deste modelo, sendo importante pontuar que os próprios membros vivenciaram as oficinas, a fim de experienciar e alinhar os conteúdos a serem trabalhados. Além disso, a escolha de temas ocorreu também a partir das experiências da mesma equipe no atendimento de crianças, adolescentes e familiares, bem como a partir do que é recomendado na Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009) a respeito da orientação e do incentivo de pretendentes aos perfis menos escolhidos, como de crianças maiores, com necessidades especiais e grupos de irmãos. Por meio de atividades interativas, os postulantes à adoção são convidados a escutar e partilhar experiências com o intuito de amadurecer e (re)significar concepções sobre essa modalidade de filiação e a história pré-adotiva da criança/adolescente, assim como experimentar sentimentos próximos à realidade cotidiana a qual poderiam se deparar nas fases de adaptação na convivência e na construção do vínculo (Abrão, 2014; GIPA, 2010; Sequeira & Stella, 2014).

Nesta edição do referido programa, antes chamado de Curso e aqui chamado por nós de Oficina, visto que o intuito não é ensinar os pretendentes como ser pais e mães, mas vivenciar o grupo de maneira a refletir sobre esta função, considerando as singularidades da adoção, estavam presentes dez casais postulantes à adoção, totalizando vinte participantes. Os casais se encontravam em processo de habilitação, sendo a participação na oficina obrigatória a partir da vigência da Nova Lei da Adoção. Entre os casais, haviam aqueles inscritos no Cadastro Nacional de Adoção e casais que já conviviam com as crianças e pretendiam regularizar o pedido de adoção, configurando, respectivamente, a adoção plena e a adoção direta (Huber & Siqueira, 2010; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Sousa, 2013).

As atividades desenvolvidas foram coordenadas por uma psicóloga e uma assistente social, como mediadoras e observadoras participantes, bem como duas extensionistas do curso de Psicologia, que recebiam supervisões semanais e atuaram como observadoras participantes e auxiliares na organização das dinâmicas e outras ações, além de realizarem registros *in loco* e relatórios sobre os encontros, contando com observações e auto-observações da equipe, como sugerido por Turato (2003). Como alvo de análise, buscou-se observar a maneira como os participantes vivenciavam os conteúdos debatidos em formas de temas, por meio dos pontos de vista expostos por eles e a repercussão desses posicionamentos na dinâmica do grupo, considerando os discursos que constantemente passavam por um processo de construção e ressignificação. Para a interpretação, foi utilizada a literatura da área que se debruça ao tema da adoção, sobretudo com enfoque psicanalítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sob caráter reflexivo e não avaliativo, as dinâmicas grupais oportunizaram aos casais entrar em contato consigo mesmo, de modo a instrumentalizar recursos internos para melhor lidar com desafios cotidianos, otimizando a relação entre adotantes e adotandos sob a perspectiva de edificar laços duradouros e saudáveis (Hueb et al., 2015; Scorsolini-Comin & Santos, 2008). Assim, partindo do que foi aludido nos procedimentos metodológicos a respeito dos temas a serem refletidos nos encontros, em um primeiro momento, os participantes apresentaram a expectativa quanto ao curso e com quem dividiriam suas histórias. Por meio da confecção de um crachá composto com o nome que gostariam que fossem identificados e um desenho significativo que os representassem, os vinte integrantes falaram de si.

Com o intuito de resguardar a identidade dos postulantes, foram utilizados nomes fictícios e evitou-se mencionar o sexo das crianças, bem como suas idades, quando citadas. No entanto, em alguns momentos foi mencionada a modalidade de parentalidade (adotiva ou consanguínea) dos pretendentes, visto que em várias ocasiões e discussões, o grupo se polarizou entre aqueles que realizavam a adoção plena, aguardando na fila de espera, e os que realizavam a adoção direta, quando já conviviam com a criança e experienciavam a angústia de regularizar a adoção. Essa observação possibilitou confirmar algumas hipóteses de que trabalhar com um grupo heterogêneo pode prejudicar a vivência reflexiva nas oficinas.

Dentre os integrantes, seis pessoas (três casais) participavam do curso na modalidade de adoção direta, com o intuito de regularizar a guarda consentida, e 14 pessoas (sete casais) que se encontravam inscritos no Cadastro Nacional de Adoção e aguardavam na fila de espera a chegada do filho.

Nos eixos temáticos elencados em seguida, a partir de uma leitura minuciosa do material, conheceremos um pouco desta experiência.

AS OFICINAS, AS INQUIETAÇÕES E AS PERCEPÇÕES SOBRE O CURSO

Em uma das primeiras oficinas, utilizou-se da dinâmica de interação, em que os participantes se movimentam pela sala e são convidados pelos coordenadores a se agruparem mediante uma categoria ou peculiaridade sugerida em voz alta pelo coordenador. Ao término, Flávia, integrante do grupo, fez uma associação de que todos pertenciam a vários grupos, assim como as crianças, em que desejavam adotar, ressaltando que as diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas, sendo fundamental a negociação de papéis entre os membros, no sentido de promover adaptação às novas rotinas e demandas (Prati & Koller, 2011).

Em outra atividade, as coordenadoras, colocaram diferentes objetos ao chão: os participantes deveriam selecionar pelo menos um desses e realizar uma associação com o motivo pela qual se encontravam no curso. Destacam-se algumas associações para ilustrar como os participantes se posicionavam metaforicamente, mesmo quando se esqueciam de fazer menção ao objeto. Arthur, outro integrante, deu voz à inquietação de mais outros sete participantes pronunciando-se que estava sendo estranho precisar fazer um curso, visto que quando se têm um filho, por meios naturais, isto não se procede. Esta ideia, segundo Levinzon (2009), remete-se a estranheza dos pais adotivos necessitarem de intermediários para se tornarem pais. Entretanto, em seguida Arthur diz que é compreensível o trâmite, visto que o casal “*entraria no mundo de uma pessoa*” (Zanetti, Oliveira, & Gomes, 2013).

Enquanto dois participantes se prenderam ao concreto, apenas mencionando que os objetos simbolizavam brinquedos de criança, os demais trouxeram discursos interessantes, representativos da experiência e expectativas vivenciadas. Uma participante que selecionou um relógio e outro que selecionou um prendedor de roupa, teceram comentários de que estavam à espera de uma criança com um perfil desejado, sendo o curso, na percepção deles, a ponte entre a expectativa da chegada do filho e a ansiedade da espera, despertando para a maleabilidade do prendedor de roupas em que terão de abrir mão de algumas coisas e se fixar em outras. Dois participantes alimentaram o desejo de que o curso viesse para sanar dúvidas e avançar em conhecimentos sobre adoção, como Samira que mencionou ter selecionado o rolo de lã para “*desembaraçar questões*”. Outros dois participantes enfatizaram que não tiveram o período da gestação para se prepararem, precisando se adaptar às crianças que “*surgiram*”, numa franca alusão à adoção direta. Além dos sentimentos ambivalentes despertados na espera (Gondim et al., 2008), notam-se as expectativas quanto à Oficina com a finalidade de sanar dúvidas e melhor se preparar para a chegada da criança que viria a cruzar elementos da história de cada membro, como também encontrado em outros estudos (Hueb & Cecílio, 2015; Sequeira & Stella, 2014).

Ainda na perspectiva de interessantes associações, uma das participantes selecionou um pequeno boneco de silicone que apresentava uma mão na cabeça e a outra no coração, dizendo que seus filhos – classificando-se na modalidade de adoção direta – refletiam em um conflito entre o que ela pensava e sentia, almejando harmonizar o seu pensamento com o seu sentimento. Observa-se, nesta expressão, uma ambivalência entre a razão e a emoção e o esforço em equilibrar tais campos, a fim de aliviar um sentimento angustiante de indecisão e impotência, denotando uma preponderância dos impulsos inconscientes sobre o funcionamento cognitivo e afetivo consciente (Souza, 2011). Nesse caso, como sugerido por Freud (1923), a inteligência, uma das funções do ego, articulada ao processo secundário

e à capacidade de síntese, vem servir ao mecanismo de defesa contra a angústia. Foi muito importante que a expressão da postulante fosse acolhida pelas coordenadoras, uma vez que o conflito entre pensamento e sentimento, ou em outras palavras, racionalidade e afetividade, uma tensão indesejável, precisa ser entendido como inerente à própria existência humana.

Em outros encontros da Oficina foram trabalhadas questões como: o desconhecido – quem é essa criança que em breve estarão com eles? –; a zona de conforto e a adaptação; o filho ideal *versus* filho real, confrontando o filho idealizado pelos pais com o filho “desconstruído” pelas coordenadoras; a adoção do filho (biológico ou adotivo); as motivações que perpassam o desejo de ampliar a família a partir de um membro não consanguíneo; o preconceito; os mitos da adoção, como o medo do abandono quando souberem/conhecerem os pais biológicos e o medo que muitos possuem diante da necessidade de corrigir o filho (Abrão, 2014; Souza, Seguin, Levisky, Rudge, & Ungaretti, 2016). A ideia é compreender como os participantes constroem os significados, entendendo que esta construção acontece na interseção e inserção das pessoas na sociedade, considerando sempre a relação da construção pessoal e íntima com a cultura coletiva (Valério & Lyra, 2014).

Especificamente sobre a oficina Filho ideal *versus* Filho real, alguns pontos serviram de discussão. Nesta dinâmica são colocadas ao chão, fichas de cartolina onde são escritas características físicas, de gênero e de personalidade que uma criança ou adolescente poderia apresentar. Em seguida é sugerido aos postulantes que “criem” seu filho desejado, utilizando esse material, e solicitado que falem a respeito. Arthur expressa não “*existir essa de idealizar o filho, pois você sonha com o melhor, escolhendo só qualidade*”. As características repetidas escolhidas pelos participantes foram: menina (cinco), menino (três), bebês (dois), até três anos (dois), até sete anos (quatro); mais de sete anos (dois); extrovertido (dois), confiante (dois), peralta (três) e obediente (um), simpático (dois). Não foram manifestadas preferências por quaisquer características físicas por dez participantes e também não podemos dizer que os casais que escolheram crianças mais velhas seriam aqueles que teriam alguma em vista, visto que dois desses participantes não se encaixavam no grupo de adoção direta (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Sousa, 2013).

Em seguida as coordenadoras passaram a “desconstruir” o filho desejado apontado nas fichas de cartolina. De forma lúdica, foram trocando as características elencadas pelos postulantes por outras. Feitas as trocas das fichas, pelas coordenadoras, constatou-se que em geral os participantes aceitaram bem as mudanças, mas fizeram suas considerações. Destacou-se a fala de Arthur sobre a mudança de característica do filho “branco” para “negro”, sugerindo certo medo que ele sofra *bullying*. Expuseram ser uma situação complicada quando diz: “*E a criança? Como ela vai se sair? Como vai ser interpretada? Será que ela vai se sentir excluída ao invés de se sentir incluída?*”. Dentro desse contexto, é importante apontar o que Huber e Siqueira (2010) mencionam como uma tentativa de alguns postulantes à adoção buscarem pela semelhança física, reproduzindo o modelo de família biológica, sob o pressuposto de que isso ajudaria a identificação da criança com os pais e evitaria constrangimentos ou explicações, como sugere abertamente Arthur sobre o assunto.

Quando as fichas trocadas eram de características de personalidade, uma discussão tomou espaço no sentido de que acreditavam que em parte uma pessoa era formada pela

índole e a outra parte era composta pela educação recebida, exemplos seguidos e amor envolvido. Nesse sentido, pensando sobre o filho real, permaneceu a ideia de Luciano de que é um desafio, mas que todos ali já fizeram bagunça na infância e que a criança pode ter todos os defeitos, mas com o tempo vai “*trabalhando e melhorando*”, além da conclusão de Joel: “*Por mais que se escolha... O pacote é completo, todos vêm com defeito de fábrica*”.

A primeira fala pode nos remeter a ideia de que o desenvolvimento humano encontra-se imerso em processos complexos, considerando às relações articuladas em que o outro será mediador dessa criança com o mundo, ou seja, sua inserção neste faz parte de uma coconstrução pessoa-meio (Rossetti-Ferreira et al., 2004), auxiliando no processo de identidade e na constituição da noção de Eu, aquela que evolui num interjogo de igualdade e diferença, de pertinência e de não pertinência (Abrão, 2014). A segunda fala, em contraponto, traz uma ambivalência: certo preconceito ao mesmo tempo em que sugere uma simetria do filho adotivo com o filho biológico, permitindo novamente relembrar a perspectiva de que a adoção deve ocorrer em ambas às modalidades de parentalidade, exigindo sempre que os pais se preparem para ter um filho (Weber, 1999).

Essa preparação vai além das motivações, da reserva financeira e preocupações naturais para a chegada de mais um membro, como veremos a seguir. Trata-se da elaboração em que os pais deverão não só gestar emocionalmente, mas criar um espaço no imaginário parental e familiar, uma vez que no imaginário social, um elo biológico entre pais e filhos consanguíneos, antes percebido como indissolúvel, é rompido, necessitando então, que o vínculo simbólico entre pais e filhos por adoção se estabeleça dentro de um *continuum*, criando uma versão possível para o nascimento do sujeito (Abrão, 2014).

Finalizando tal discussão, as coordenadoras pedem que os casais pensem “*Como é se preparar para um filho diferente?*”, lembrando que a adoção é um processo irrevogável (Brasil, 1990). Instigam, ainda, a pergunta: “*Eu vou deixar de amar? Eu vou devolver?*”, voltando à sugestão de Weber (1999) sobre a preparação e elaboração para se ter um filho, sempre destacando como é fundamental repensar sobre o filho desejado e estar preparado para o filho real e possível (consanguíneo ou adotivo), a fim de amenizar supostas frustrações e dificuldades de estabelecer o vínculo entre pais e filhos (Costa & Kemmelmeier, 2013).

Com o decorrer dos encontros, as verbalizações dos participantes passaram a ser investidas de uma conotação mais real, trazendo certo peso, como se comesçassem a se dar conta ou simplesmente a expressarem o desafio de estarem naquela caminhada. Antes, havia certa necessidade de ressaltar o lado bom, mágico e amoroso da decisão que estavam tomando, sob um discurso militante pró-adoção (Valério & Lyra, 2014), como se evitassem mencionar as possíveis dificuldades que poderiam surgir e que, de maneira inerente, vestem o mundo da adoção. Compreendemos, portanto, que *falar sobre* mostrou-se fundamental para encarar os fatos e começar a se preparar (instrumentalizar) para a inauguração da convivência.

E SE TE PERGUNTASSEM: EU, VOCÊ OU NÓS CONSTRUÍMOS?

No presente eixo, dois aspectos imprescindíveis na adoção são discutidos: as motivações e a construção do vínculo. O primeiro tema, reportando como um dos mais delicados na literatura (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2015; Gondim et al., 2008; Levinzon, 2004), foi trabalhado em dois encontros. Sem a premissa de que o sucesso da adoção esteja apenas relacionado com a motivação, a temática trabalhada visou resgatar o significado atribuído, podendo a reflexão ser catalisadora para processos de mudança que venham a se mostrar necessários ao longo da experiência (Valério & Lyra, 2014; Weber, 1997).

A princípio, os participantes deveriam fazer uma associação de suas recordações de infância com o desejo que alimentam para realizarem a adoção. Metade dos participantes (dez) sugeriu o desejo por formarem uma família, sendo destacada por alguns tanto o sentido de prover a criança financeiramente (três participantes) quanto emocionalmente (quatro participantes), oferecendo-lhe a oportunidade de ser alguém (um participante). Outros dois integrantes mencionaram o desejo de cuidar e orientar, assim como recordaram o que seus pais fizeram, principalmente, no sentido de deixar um legado – podendo se remeter a ideia de inscrever o filho em uma história familiar e transgeracional (Zornig, 2010).

Discursos independentes foram: “*A gente tem que amar o próximo*” (Mateus); e “*fácil é ser um bom empregador, difícil é ser um bom homem!*” (Elias), ao dizer que seu interesse em realizar a adoção não havia sido cogitado até que Deus colocou as crianças em sua frente e disse: “*faça a sua parte*”. Observou-se também um desejo de reparação, como sugere Zornig (2010), remetendo-se às identificações que influenciarão no modo de exercer a parentalidade, e Hamad (2002), refletindo que o desejo nem sempre é por uma criança, mas de uma criança, no intuito de superar as suas figuras parentais de sua infância (Sequeira & Stella, 2014).

Sob outro ponto de vista para o desejo de adotar, Luciano traz a lembrança de abandono por parte de sua mãe, sendo criado e educado pela tia, ouvindo inclusive de sua própria mãe – com a qual mantém contato atualmente – que se tivesse sido criado por ela não seria o homem que é hoje, no sentido de que na percepção de sua genitora se tornou uma pessoa melhor. Assim, tanto Larissa quanto Luciano, outros integrantes, encerram a reflexão dizendo que gostariam muito de oferecer um amor, fator culminante para a adoção. Com o mesmo clima de emoção, Arthur expressa saber o que é não ter pais desde a infância, sugerindo ser um fator motivador para sua decisão de proporcionar isso a uma criança.

Em relação aos motivos que não foram verbalizados, por deixá-los envergonhados seja pelo receio em falar seja porque causem dor ou desconforto só de pensar, foi solicitado que tais motivos fossem escritos e depositados em um envelope. As falas anônimas foram categorizadas pelas coordenadoras e estagiárias, em frases mais diretas: “Não sei”; “Vida”; “Pelo luto de perda ou impossibilidade de gestar um filho biológico”; “Desejo de construir uma família”; “A influência de pais ou parentes próximos, ou o desejo de reparação para fazer a diferença”; “Exercer a parentalidade nos níveis afetivo e socioeconômico (Amor e altruísmo); “Agradar o companheiro(a)”; “A religiosidade como marcador identitário”; “Pela experiência de convivência com os filhos(as)”. Há de se destacar que foram trabalhadas questões referentes a necessidade que os pais revelem

acerca do desejo pela parentalidade, sendo cada vez mais combatidas as manifestações de ajudar o próximo como motivação a resolução de problemas pessoais ou sociais (Hueb et al., 2015; Levinzon, 2009; Peiter, 2016).

De maneira geral, os participantes manifestaram estranheza por algumas motivações levantadas, mas disseram respeitar a opinião de cada um. Demonstraram preocupação e esboçaram comentários sobre a categoria: “Agradar o companheiro(a)”. Prevaleceu a ideia de que cada um deveria ser movido por suas motivações internas para a construção da relação, não dando um passo a favor da adoção se esse não fosse seu desejo genuíno, como destaca Hamad (2002) em relação à avaliação e o investimento pessoal de cada cônjuge sobre o projeto de adotar (Gondim et al., 2008, Schettini, 2006b). Em relação a esse investimento, a partir de dinâmicas reflexivas, os casais iam se soltando e compartilhando seus pensamentos, sentimentos e experiências sobre o que acreditavam se tratar de um amor construído, como ele aconteceria e o que os despertaria para isso.

Nesse sentido, aqui o segundo tema proposto nesse eixo ganha foco, suscitando alguns questionamentos a serem discutidos: Como seria esse amor com a chegada dos filhos? Será que ele é fruto de um processo? Especificamente, um casal enfatizara a intensidade do amor para com seus filhos biológicos reforçando que são diferentes entre si e devem ser respeitados em suas particularidades, assim como acontecerá com a chegada do filho adotivo, indo ao encontro do que Cúneo et al. (2007) destacam como essencial a criação de um espaço para cada filho no seio familiar. Outros participantes disseram que o fato de já se encontrarem no processo e por serem habilitados a serem pais adotivos gera uma expectativa que acreditam ser o próprio amor construído. Esta percepção viria ilustrar a gestação psicológica peculiar da espera, gerando temor e ansiedade, além de evocar emoções, significados e ações advindas do contexto espaço-temporal em questão, permitindo a reconstrução de significados a partir da presença e convivência (Costa & Kimmelmeier, 2013; Rossetti-Ferreira et al., 2004).

Luciano, outro integrante, descreve o amor como uma construção tanto dos pais para os filhos quanto dos filhos para os pais, sugerindo que ambos os lados devem realizar um investimento recíproco, indo ao encontro do que Arthur comentou de que tudo irá depender das relações construídas. Compreendemos, a partir dessas perspectivas, o que Zornig (2010) fala sobre certo narcisismo implícito no exercício da parentalidade, chamando atenção também para a importância da inclusão da criança no psiquismo dos pais, assim como o inverso, a fim de favorecer o desenvolvimento afetivo e cognitivo na relação.

Por fim, fazendo alusão a uma dinâmica realizada a partir de uma brincadeira infantil, as coordenadoras reforçam a importância da rede de apoio que lhe deem conforto psicológico, mas brincam que no dia a dia nem sempre serão envolvidos por pessoas que lhe deem dicas de “quente ou frio”, no sentido de que estão certos ou errados, quando se sentirem um pouco confusos e relutantes diante das perguntas das crianças. No entanto, em geral, os casais disseram que as dificuldades e conflitos são intrínsecos à construção e que buscar por ajuda de um profissional é imprescindível para saber lidar com supostas situações frustrantes ou que deixam os pais com uma sensação de impotência, precisando ser assistidos.

(DES)PREPARADOS E CONFUSOS: O QUE ENVOLVE A CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO

Diversas vezes, observou-se que o grupo se subdividia para esboçar suas opiniões, como no encontro em que discutiriam sobre a família de origem da criança, entre: os participantes que já conviviam com a criança e desejavam regularizar a adoção, que implicava em conhecer a família de origem do filho(a); os participantes que encontravam-se na fila de espera, não tinham contato nem com a criança nem com a família de origem e que se colocavam empaticamente no lugar dessa família; e os participantes que não se posicionavam. Assim, quando questionados: “*Que imagem vocês têm?*”, sobre a família de seus filhos adotivos, essas subdivisões foram observadas, reforçando a ambivalência de percepções sobre os motivos da entrega de um filho para adoção (Mello & Dias, 2003). Samira, Pedro e Geraldo, outros integrantes, exprimem a ideia de despreparo, falta de condições psicológicas e físicas – quando envolvia o uso de drogas – ou até mesmo falta de amor próprio dos pais biológicos. Especificamente, Geraldo comenta que “*se não tivesse nada, a criança não seria tirada de lá*”, remetendo-se à percepção de que a família biológica apresenta problemas e à conscientização de que “*não há um lado sem o outro*” (Abrão, 2014; Huber & Siqueira, 2010).

Ao ser feita a indagação: “*É importante saber sobre a família de origem?*”, o grupo se divide entre os que acreditam que sim, pois a criança tem uma história, e os que não gostariam de forma alguma, porque acham que pode influenciar de algum modo o vínculo com a criança, gerando a insegurança de que seus filhos possam vir a abandoná-los (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). Curiosamente, havia expressiva divisão entre aqueles que estavam engajados na adoção plena ou na adoção direta, sendo os comentários com maior teor de raiva e exaltação dos últimos, que conheciam a família de origem da criança e lidavam diariamente com o sentimento de medo, frustração, insegurança e hostilidade (Levinzon, 2009).

Ana Clara, outra participante, por exemplo, desabafa não ser agradável conhecer a família de origem, ilustrando que a mãe das crianças liga todos os dias apenas para pedir dinheiro, não desejando nem mesmo vê-las, levando-a a afirmar: “*nenhum deles (pai e mãe) valem nada. Eles querem dinheiro, querem algo em troca*”, no sentido de terem que “pagar” por estarem com seus filhos. Em complemento, acrescenta suas percepções quando diz: “*A mãe (adotiva) precisa estar preparada para lidar com essas situações. Meu nenê tem o olhar da mãe (biológica)*”. Esboçando sua decepção ao olhar para o filho e perceber que este apresenta o semblante da mãe biológica, sente despertar nela sentimentos desconhecidos, provavelmente relacionados ao sentimento de culpa e de fantasias de roubo da criança, sentindo que ao “retirarem” os filhos de suas mães biológicas a estariam privando do direito à maternidade (Levinzon, 2004).

Em geral, o grupo esboçou opiniões sobre: a questão das condições socioeconômicas; a organização de arranjo familiar – ou sua suposta “desestrutura”; o uso/abuso de álcool e outras drogas; fatores e demandas de uma família numerosa; e a percepção de que se tratariam “de pessoas sem caráter”. Mello e Dias (2003) discutem em seu estudo percepções de homens e mulheres a respeito do abandono de crianças, sendo frequente a ideia de egoísmo, imaturidade, irresponsabilidade e, sobretudo, devido à situação financeira. No presente encontro, percebeu-se dois movimentos: um de diminuir os pais biológicos de seus filhos, enfatizando a não condição de serem pais, e outro quando se

exaltam ao defender a causa das famílias adotivas que “*são empurradas*” a adotarem, sem a devida assistência.

A respeito deste último movimento, comentários de casos de filhos adotivos que mataram seus pais adotantes, levando-os a discutir sobre o quão desamparados se encontram já que a prioridade é sempre a criança, tomam a frente das discussões, Pedro confronta as coordenadoras: “*E quando inverte? E os pais? Por isso tem um monte de delinquente na rua*”. Aqui acreditamos que esse ponto merece dois destaques: um relacionado ao desespero do adotante ser esquecido ou ficar desamparado, tendo em vista sua concepção de que a lei protege apenas as crianças e os adolescentes; e o fato da adoção exigir um olhar cuidadoso, visto as inúmeras representações sociais, religiosas, políticas e econômicas, podendo levar à errônea ideia de que os filhos não pertencentes ao modelo de laços consanguíneos geralmente se tornarão crianças problemáticas (Costa & Kemmelmeier, 2013).

Apresentando a ideia de que as políticas públicas ainda são fragmentadas e que a todo o momento precisamos ficar em alerta com os maus tratos e riscos que a criança e/ou adolescente estão sujeitos, aos poucos as coordenadoras aprofundavam a assuntos pertinentes à história de sofrimento da criança, adentrando ao questionamento: *como revelar um segredo sem ofender a família de origem da criança?* Inevitavelmente, em um dos encontros, a proposta de uma atividade de representação de algumas cenas sobre a curiosidade da criança sobre sua história e sua família levou alguns participantes a se colocarem empaticamente tanto no lugar da criança quanto da mãe adotiva.

É interessante ressaltar que mesmo àqueles que se mostraram contra revelar esse passado para a criança, demonstraram necessidade em saber desse passado para melhor zelar o filho, ou seja, para prover todos os cuidados que ele necessitaria. Nesse contexto, as coordenadoras provocaram a sugestão: “*Será que essas crianças não têm o direito de conhecer suas origens?*”, enfatizando que não estariam falando do pai ou da mãe, mas de sua história. Enquanto Elias expressa não achar apropriado a família biológica querer procurar a criança quando esta está maior: “*A gente sabe que ela tem outra família, mas com oito anos eu proibi de terem contato*”, Gilda traz a visão de companheirismo com a filha, em prol do objetivo de conhecer sua história se esta fosse sua vontade, além de reforçar o seu papel de mãe: “*Eu não tive a oportunidade de conhecer a sua mãe [biológica], mas juntas podemos descobrir. Eu sou a sua mãe, sua família!*” e passar segurança na relação. Prevalece a ideia de que a revelação para a criança aconteça da maneira mais espontânea e segundo a curiosidade dela mesma. Sob essa perspectiva, a criança saber de suas origens viria a fazer parte e iria compor a sua identidade, sendo assim, os pais teriam que conviver pelo menos mentalmente com a outra família, reconhecendo e respeitando a história pré-adotiva do filho (Huber & Siqueira, 2010; Lipp, Mello, & Ribeiro, 2011; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006) de forma a permitir-lhe que viesse a se tornar sujeito e não sujeito a ela (Souza et.al., 2016).

Além de Gilda, o grupo também contou com os pontos de vista de Arthur e de Luciano. Arthur se emociona quando relembra que perdeu o pai muito cedo, concluindo a ideia de que assim como ele teve curiosidade de saber a sua origem, o filho adotivo também poderá ter. Luciano, por sua vez, traz a sua história de que foi abandonado pela mãe, mas não consegue ter rancor dela, sendo importante destacar que este postulante relata ter vivido uma grande dor para além do sentimento de abandono, precisando abandonar um vínculo

original e estabelecer outro vínculo com a madrasta, alguém com melhores condições para criá-lo do que a mãe biológica na época (Schettini, 2015). Pedro, então, faz uma consideração: “*A verdade dói, mas ela cura e traz a transparência*”. Tal expressão vai ao encontro de Schettini (2015), sobre a ideia de que todos nós sofremos experiências dolorosas na vida, independente de sermos adotivos ou não, e que se conseguirmos transformar essas marcas deixadas pelo sofrimento em marcos, como se dá com troféus que simbolizam nossas conquistas, estaremos conseguindo, a partir da ruptura de um vínculo, processar a construção de outro vínculo, restaurando o começo de uma nova vida.

Assim, as coordenadoras convidaram os casais a pensarem sobre tais falas e experiências frisando que falar, ouvir, encorajar, ser honesto e autêntico, além de demonstrar que estão juntos são atitudes fundamentais na consolidação e manutenção do vínculo, entendendo que os desafios, crises e dificuldades são inerentes ao processo de desenvolvimento (Rossetti-Ferreira et al., 2004). Uma calorosa discussão ganha espaço no sentido de que o limite também faz parte da construção do amor e do vínculo, prevalecendo a ideia da disponibilidade e da confiança, fomentando a empatia e o diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da promoção de um espaço de reflexão sobre os temas discutidos, os casais se ouviram, interagiram, argumentaram e também reconstruíram alguns discursos tanto acerca das motivações quanto dos supostos medos e dúvidas quanto à revelação para a criança sobre sua origem, que acabaram por denunciar certa insegurança e até mesmo uma fantasia sobre a supremacia dos laços de sangue (Huber & Siqueira, 2010), sendo trabalhados a importância de se construir o amor e a confiança.

Em termos de como o grupo se percebia e como percebíamos o grupo, quanto à cisão: casais em fila de espera *versus* casais que gostariam de regularizar e formalizar o pedido de adoção de crianças com as quais já conviviam, transferências e contratransferências ocorreram, levando alguns participantes a se exaltarem de maneira hostil, na tentativa de confrontar as coordenadoras e autoridades em busca de respostas referentes às singularidades de cada caso. Nesse contexto, ambos os grupos de casais sugeriram que as próximas Oficinas não fossem mistas, entendendo que a demanda e a necessidade de cada segmento eram específicas e podiam atrapalhar ao invés de auxiliar.

Finalizando, a partir das reflexões suscitadas, confirmou-se a premissa inicial da importância da continuidade de um acompanhamento pós-adoção. Esse aspecto foi fundamental para incentivar ainda mais a continuidade da participação dos casais em grupos de apoio, partindo da premissa de que durante a convivência com as crianças/adolescentes os pais se depararão com situações reais e, por isso, deveriam ser amparados na qualidade das relações estabelecidas (Hueb & Cecílio, 2015).

REFERÊNCIAS

- Abrão, M. S. (2014). *Construindo vínculo entre pais e filhos adotivos*. São Paulo: Primavera Editorial.
- Alvarenga, L. L., & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processo de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53.
- Bion, W. R. (2008). *Experiências com grupos* (2a ed., W. I. Oliveira, trad.). Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP.
- Bittencourt, S. (2010). *A nova lei da adoção. Do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Brasil. (1990). *Lei 8.069 de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília: Autor.
- Brasil. (2009). *Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009: dispõe sobre a Lei da Adoção*. Brasília: Autor.
- Campos, N. (2010). *Reflexões a partir do grupo de preparação para adoção: as angústias da espera e suas implicações na tarefa de luto pela infertilidade e pelo filho idealizado*. Recuperado em 28 de Agosto de 2017 de <<http://www.abraminj.org.br/Painel/anexos/Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.
- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Um desejo ou uma opção? As motivações para a adoção em casais com filhos biológicos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes (Orgs.), *Adoção: legislação, cenários e práticas* (pp. 87-110). São Paulo: Vetor.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: CONANDA.
- Costa, L. T. M., & Kimmelmeier, V. S. (2013). O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. *Psicologia Argumento*, 31(72), 187-196.
- Cúneo, L. A. et al. (2007). Relaciones fraternas en la adopción. *Archivos Argentinos de Pediatría*, 105(1), 74-76.
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Freud, S. (1923). *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. Vol XIX.
- Gondim, A. K., et al. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.
- Grupo interinstitucional Pró Adoção [GIPA] (2010). *Proposta do curso preparatório para candidatos à adoção*. Manuscrito não publicado. Uberaba, MG: Autor.
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38.
- Hueb, M. F. D., & Cecílio, M. S. (2015). A preparação de postulantes a adoção é (in)suficiente? A experiência de uma adoção inter-racial de grupo de irmãos. In F.

- Scorsolini-Comin, A. K. Pereira, & M. L. T. Nunes (Orgs.), *Adoção: Legislação, cenários e práticas* (pp. 161-184). São Paulo: Vetor.
- Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2015). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S. M. Barroso (Orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade* (pp. 275-304). Uberaba: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- Levinzon, G. K. (2009). *Adoção*. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lipp, L. K., Mello, A. B. G. & Ribeiro, M. M. S. M. (2011). O patinho feio no imaginário parental. *Ágora*, 14(2), 275-291.
- Mariano, F. N., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19.
- Mello, I. S. P. B., & Dias, C. M. S. B. (2003). Percepções de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(3), 76-83.
- Peiter, C. (2011) *Adoção - Vínculos e Rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni.
- Peiter, C. (2016). Onde está a criança abandonada? Reflexões sobre o altruísmo o na adoção. In M. L. A. M. Ghirardi, & M. P. Ferreira. (Orgs). *Laços e rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional*. São Paulo: Editora Escuta.
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: Perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica*, 23(1), 103-118.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Silva, A. P. S., & Carvalho, A. M. A. (Orgs.). (2004). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed.
- Schettini, L. (2006a). *Compreendendo o filho Adotivo*. 3ª ed. Recife: Bagaço.
- Schettini, L. (2006b). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.
- Schettini, L. (2015). *Dores da adoção – Possibilidades de superação*. Palestra proferida no I Congresso Nacional de Adoção on line - CONADOTE. Rio de Janeiro. Recuperado em 23 de junho de 2015, de < <http://conadote.gmembers.com.br/painel-do-aluno/conteudo/luiz-schettini/>>.
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 40-50.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2008). Aprender a viver é o viver mesmo: o aprendizado a partir do outro em um grupo de pais candidatos à adoção. *Vínculo*, 5(2), 115-130.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78.
- Souza, C. A., Seguin, C. B., Levisky, F. B., Rudge, L. L. T., & Ungaretti, S. S. G. (2016). O direito de construir a própria história: Contribuições psicanalíticas na clínica e no abrigo. In M. L. A. M. Ghirardi, & M. P. Ferreira, (Orgs), *Laços e rupturas: Leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional*. São Paulo: Editora Escuta.

- Sousa, E. S. (2013). *A adoção intuitu personae em detrimento da ordem cadastral: Uma análise a partir do paradigma da socioafetividade*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Souza, M. T. C. C. (2011). As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 27(2)*, 249-254.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Valério, T. A. M., & Lyra, M. C. D. P. (2014). A construção de significados sobre a adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade, 26(3)*, 716-725.
- Valério, T. A. M., & Lyra, M. C. D. P. (2016). Significados ambivalentes no processo de adoção: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo, 337-348*.
- Weber, L. N. D. (1997). Critérios de seleção de pais adotivos: em discussão. *Interação, 1*, 123-137.
- Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. (2011). *Adote com Carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Zimmerman, D. E. (2010). *Fundamentos básicos das grupoterapias* (2ª Ed). Porto Alegre: Artmed.
- Zornig, S. M. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico, 42(2)*, 453-470.

Sobre as autoras:

Mariana Silva Cecílio é psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro e docente da Universidade de Uberaba.

Martha Franco Diniz Hueb é docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Marta Regina Farinelli é docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

E-mail de correspondência: mari_cecilio@hotmail.com

Submetido: 01/08/2017

1ª revisão: 20/12/2017

Aprovado: 30/01/2018